

**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE BARROS, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DAS «IV JORNADAS AEP | SERRALVES», COM O TEMA “O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO”, NO AUDITÓRIO DA FUNDAÇÃO DE SERRALVES, NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013**

Estamos a chegar ao fim destas Jornadas. Como dizia o Eng.º Virgílio Folhadela ficámos hoje, pelo menos, com muita matéria para reflexão. Resta-nos tomar uma atitude, de sociedade civil, de membros de sociedade civil para começarmos a intervir no sentido exato. A chegar ao fim, quero agradecer, em primeiro lugar, a todos aqueles que colaboraram para a realização das Jornadas AEP/Serralves, aos oradores, ao público, a audiência que aqui esteve connosco ao longo do dia, e àqueles que permitiram que isto se realizasse; desde logo à Fundação de Serralves e ao senhor Eng.º Braga da Cruz, e à Fundação AEP, ao senhor Dr. Nunes de Almeida e ao senhor Professor Valente de Oliveira, que tradicionalmente, tem dado um importante contributo para esta realização.

Eu gostaria também de dizer qualquer coisa sobre o tema, uma vez que o papel do Estado no desenvolvimento das empresas e do país é fundamental e que a AEP tem trabalhado muito nesse sentido, tem dado uma grande atenção a esse assunto. Aquando da celebração dos seus 150 anos, a AEP, apoiada nos contributos de um imenso conjunto de notáveis, Doutores Joaquim Aguiar, Costa Pinto, António Barreto, Eng.º Ferreira de Oliveira, etc. alguns dos quais, infelizmente, já não se encontram entre nós (refiro-me nomeadamente ao Professor António Borges), elaborou um documento de visão estratégica para o futuro, intitulado: “Uma Nova Ambição para Portugal - Repensar o Estado, Dinamizar a Iniciativa Privada e Mobilizar a Sociedade Civil”.

Chamava-se a atenção de que o Estado devia ser um agente facilitador da iniciativa privada e não um fator de bloqueio.

Já na altura todos prevíamos que algo deveria ser feito para a redução do peso do Estado.

Uma frase do então líder da AEP, que referia a necessidade de reduzir ou dispensar 150 mil funcionários públicos, fez manchete em muitos meios da Comunicação Social, acabando por relegar para segundo plano, nos meios de comunicação social, o estudo e as propostas que tanta gente de reconhecido valor realizou e mobilizou ao longo de vários meses.

Porquê? A notícia era bombástica e inverosímil, isto é, fazia uma daquelas manchetes de que os media tanto gostam!

Infelizmente, é pena que não se lhe tenha “dado ouvidos” em devido tempo. Hoje estamos e somos forçados a trilhar esse caminho de forma muito penosa, mas sem regresso.

Tive o cuidado de fazer umas contas e verifico que, volvidos 14 anos, saíram até este momento, os últimos números que tenho são do primeiro semestre, 141 mil funcionários públicos. Portanto, não estávamos assim tão longe da necessidade e da realidade. Falava-se em 150 mil, saíram até este momento 141 mil e quinhentos. Afinal era necessário, afinal era fundamental que isto fosse feito, e os números não estavam assim tão disparatados. Nós entendemos e alertamos para que a redução estrutural da despesa pública é absolutamente essencial, para permitir que não continue a cair todo o efeito do ajustamento sobre a carga fiscal e parafiscal sobre as empresas. Hoje e aqui foi muito bem dito, por todos os oradores, não só pelo senhor Dr. Lobo Xavier, mas por todos os oradores, com a necessária referência ao senhor Dr. Miguel Cadilhe, aqui presente, e meu querido Amigo, porque realmente ele foi o autor da grande reforma fiscal, matéria que só agora irá ser novamente abordada em termos que consideramos com alguma eficácia e com seriedade.

Saliento, assim, a nova “Reforma do IRC” (e aproveito aqui para felicitar o Dr. Lobo Xavier pelo excelente trabalho realizado e pela visão estratégica que informou o documento) que, entre outras propostas positivas, aponta para a redução da taxa de IRC, para a sua estabilidade futura e para a simplificação das obrigações declarativas tributárias.

Sublinho aqui, sem falsa modéstia, que a AEP foi uma das primeiras entidades a entregar oficialmente, por escrito, a sua posição sobre esta matéria (no início da segunda quinzena de agosto). Na nossa posição apelamos que, a par da necessária descida da taxa nominal de imposto e de outras medidas propostas, importa assegurar a estabilidade e a previsibilidade do sistema fiscal nacional (que perpetue no tempo, independentemente das mudanças ao nível político, quer entre Governos, quer no seio do próprio Governo), requisitos essenciais para garantir a indispensável segurança do investimento e, consequentemente, a confiança dos investidores.

Tive, também, a oportunidade de ser ouvido sobre este documento, em reunião com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e com o Dr. António Lobo Xavier e membros da sua equipa, e aproveitei para louvar o que de bem foi feito, e é muito, e para chamar a atenção para o que, no entender da AEP, ficou por fazer, designadamente a consideração fiscal dos investimentos em bens de equipamento financiados por lucros ou reservas retidos nas empresas e não distribuídos aos seus sócios ou acionistas. A AEP nesta matéria apenas foi repescar uma ideia, também do senhor Dr. Miguel Cadilhe, o DLRR. Isto foi por nós apresentado, ainda ao Governo do Eng.º Sócrates, Governo que nos pediu que o apresentássemos em forma de um articulado jurídico-administrativo e, nesse sentido, consultamos e obtivemos o contributo de reconhecidos

fiscalistas da cidade do Porto. Elaborámos um documento já com a forma de aditamento ao articulado do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que não veio a ser considerado, que foi novamente apresentado ao atual Governo, voltando a não ser aceite, que foi sugerido na discussão da reforma do IRC e que também não foi considerado, alegadamente, por se tratar de um benefício fiscal que não deve constar de uma reforma do IRC.

Mas, é necessário, é indispensável, por parte da “classe política”, por parte de todos os partidos que podem vir a constituir e a ser governo, em Portugal, a assunção de um compromisso firme e de longo prazo para com esta reforma. Só um consenso político duradouro sobre esta importante matéria permitirá evitar a “deslocalização fiscal” para outros países.

Em matéria de reforma fiscal, considero ainda que a reforma de outros impostos, como é o caso do IRS, dever-se-á seguir à do IRC, restituindo liquidez às famílias, essencial à recuperação do consumo interno, e não deixará de ter preocupações de uma harmonização conducente a uma *flat rate*, com forte implicação ao nível da simplificação do sistema fiscal e, conseqüentemente, da redução dos custos do Estado e do número dos seus funcionários (custos administrativos), sem perda de eficácia. É, também, de assinalar os progressos registados ao nível da necessária ligação entre as entidades do sistema científico e tecnológico (públicas e privadas) e as empresas, que têm permitindo “transformar conhecimento em inovação” – um tema que foi brilhantemente tratado ao longo do dia de hoje, onde tivemos excelentes exemplos de cooperação entre os dois mundos (científico e tecnológico e empresarial).

Tudo isto tem manifestamente a ver com o “Papel do Estado no Desenvolvimento Económico” - tema destas Jornadas.

Mas, nesta matéria, como bem sabemos, há ainda um longo caminho a percorrer. No último relatório do *World Economic Forum* sobre a Competitividade Global 2013-2014, ressaltando alguma prudência que devemos ter na leitura de dados desta natureza, a burocracia, a carga fiscal, a instabilidade política e a legislação laboral restritiva surgem, a seguir ao acesso ao financiamento, como os fatores mais problemáticos para realizar um negócio em Portugal.

Praticamente dois terços das respostas concentravam-se neste conjunto de aspetos – todos diretamente relacionados com a ação do Estado, o que demonstra bem o peso significativo dos custos de contexto na atividade económica.

Vamos continuar a insistir sobre o assunto da fiscalidade sobre as empresas, que consideramos ser fundamental para ultrapassar uns dos maiores problemas com que nos deparamos, a quebra do investimento, a quebra da formação bruta de capital fixo, quanto a nós o indicador mais negativo resultante de toda esta crise e que mais compromete a recuperação da economia.

Todos estes fatores que acabei de enunciar constituem sérios obstáculos à internacionalização da economia e à reindustrialização do País, dois temas absolutamente indissociáveis do processo de crescimento e desenvolvimento económico sustentável do nosso País, aos quais a Fundação AEP e a Fundação de Serralves dedicaram as suas duas últimas Jornadas Empresariais.

Passaria, seguidamente, a apresentar (como se de alguma apresentação necessitasse...) o meu Amigo, o senhor Professor Emídio Gomes. Eu conheci o Professor Emídio Gomes há 23 anos, era já um jovem brilhante, irrequieto e inconformado e esse seu inconformismo trouxe-o até onde está hoje – Presidente da CCDR-N. Todos sabem que ele é licenciado em Engenharia, temos aqui mais um painel de Engenheiros, o moderador do painel anterior também era Engenheiro, há aqui numa prevalência significativa da classe, sem contar com o organizador, o Professor Valente de Oliveira, que é também Engenheiro, assim como o dono da casa, o Eng.º Braga da Cruz. Mas realmente, o Prof. Emídio Gomes é Engenheiro, é licenciado em Engenharia, mestrado e doutorado em Biomédicas. Desempenhou vários cargos importantes, cruzámo-nos várias vezes, cruzámo-nos a primeira vez há 23 anos na Soja de Portugal, onde era consultor e assessor da administração e desenhava os projectos. Voltamos a cruzar-nos mais recentemente e eu não estou a referir a sua passagem pela COTEC, pela Faculdade, como Pró-Reitor, Diretor Faculdade de Biomédicas, etc. Voltamos a cruzar-nos, mais recentemente, na PortusPark, no desenvolvimento do terceiro parque de ciência e tecnologia à volta da cidade do Porto.

Culmina este período e toda esta notável carreira, ainda jovem, como Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, no qual depositamos uma grande esperança, uma grande expectativa para que o Norte possa, conjugando esta presidência com a vontade dos atores da sociedade civil, dentre os quais a AEP, para que o Norte se possa repositonar no contexto nacional e afirmar-se e ser reconhecido, de novo, com as suas capacidades empresariais e científicas, como o maior motor da economia nacional e das exportações.

Senhor Professor Emídio Gomes, muito obrigado pela sua presença, vamos ouvi-lo com o maior interesse!